

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Globo

CLASS. : 307

DATA : 14 05 87

PG. : \_\_\_\_\_

# Rio Negro não corre risco de poluição

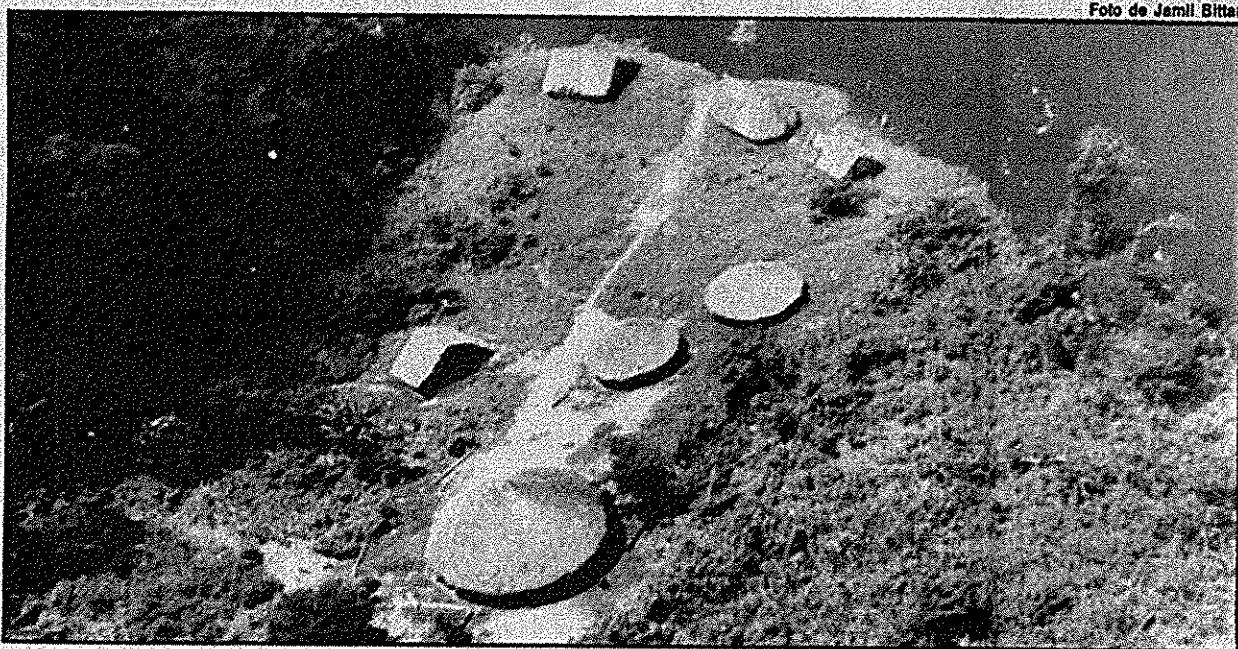
Foto de Jamil Bittar

MANAUS — Não há, no momento, qualquer risco de contaminação das águas do Rio Negro, principal afluente do Amazonas, como efeito do acidente da Mina do Pitinga. O Rio Alalau, um dos afluentes do Negro, que recebeu uma descarga de 700 mil metros cúbicos de água utilizada na lavagem da cassiterita, já não apresenta nenhuma turbidez. O Professor Antônio Weber, biólogo da Universidade do Amazonas, esteve ontem no posto indígena do Jundiá e pôde constatar que os resíduos de barro e areia jogados no rio pela Mineradora Taboca já se diluíram ou estão sedimentados.

O acidente na Mina do Pitinga foi denunciado por ecologistas de Manaus como "um dos mais graves desastres ecológicos da região". O rompimento de barragens em 10 lagoas de decantação de água utilizada na lavagem do minério liberou de uma só vez 50 mil metros cúbicos de argila e areia no Rio Riaraju. Os diques de barro se romperam devido ao aumento do nível de água nos tanques, em razão das fortes chuvas que caíram na região no último mês, principalmente no dia 30, quando foi registrada a mais alta precipitação pluviométrica dos últimos cinco anos (1.136 milímetros).

Embora o problema dos afluentes do Rio Negro já esteja contornado (a principal barragem de retenção da água contaminada já foi reconstruída), o acidente continua tendo repercussão em Manaus. Um grupo de 10 pesquisadores, a convite da Mineradora Taboca, vai hoje ao local do acidente. Eles trabalham para a Secretaria Especial do Meio Ambiente, Companhia de Desenvolvimento do Amazonas, IBDF, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e Capitania dos Portos.

A Mineradora Taboca pretende, segundo o engenheiro Nelson Dornelles, assessor da Presidência da Paranapanema, mostrar que o rompimento das barragens provocou um problema temporário e que não põe em risco a fauna e a flora da região, nem tampouco ameaça a população das cidades de Novo Airão e Manaus, ambas localizadas às margens do Rio Negro. O temor inicial de que o material liberado da mina conti-



A Aldeia de Taquarazinho, abandonada pelos índios, os únicos prejudicados com o acidente e a poluição

vesse mercúrio já está afastado.

— O acidente trouxe prejuízos sérios apenas para os índios Waimiri-atroari, que habitam as margens do Tajarú e do Alalau, revelou ontem o pesquisador Frederico Arruda.

Com formação na área de bioquímica e atualmente vinculado à Funai, Arruda é um dos ecologistas que têm denunciado a alteração do estado de alguns rios do Amazonas. Neste caso do Pitinga ele garante que não há riscos de contaminação por agentes químicos como o mercúrio, produto usado em larga escala nos garimpos de ouro.

Hoje, ao levar técnicos do Governo ao local do acidente, a direção da Mina Pitinga pretende mostrar que não utiliza qualquer composto químico na lavagem e processamento da cassiterita, minério de onde é extraído o estanho.

— Nosso método é totalmente mecânico. O minério é separado da terra através de sucessivas lavagens e, pela gravitação, se sedimenta no fundo dos tanques, de onde é conduzido para o processo de fundição — explicou Dorneles, lembrando que o bar-

ro e as pedras que se misturam ao minério são devolvidos ao leito do rio.

A Mineradora Taboca produz anualmente uma média de 17 toneladas de estanho, 70 por cento de toda a produção nacional. Para extrair o minério do leito dos igarapés, a empresa explora, a cada mês, cerca de 600 mil metros cúbicos de terras e pequenas rochas. E esse material, misturado com a água da lavagem do minério, que caiu nos rios.

A repetição de acidentes como este deverá ser evitada com a construção de canais para desvio dos rios em exploração. Atualmente, cinco igarapés (madeira, Queixada, Jabuti, Quatro de Novembro e Jacutinga) estão sendo minerados. Após desviar o curso natural dos igarapés, a empresa instala onde era o leito do rio pesadas dragas e plataformas flutuantes para extração e lavagem do minério.

A construção dos canais foi iniciada há um ano, depois que vários caciques das tribos dos Waimiri-atroari denunciaram a poluição dos igarapés.

## Empresa garante: sistema não polui

SÃO PAULO — O processo de extração de cassiterita utilizado pela Mineração Taboca nas proximidades dos rios Alalu e Tajarú, na região Amazônica, não é poluente "e sequer é utilizado produto químico no trabalho de extração". Essa informação faz parte de uma nota da Superintendência do Grupo Paranapanema, que controla a Mineração Taboca.

Da cassiterita, é beneficiado o estanho que o País utiliza internamente e exporta, gerando divisas, e sua extração não implica na utilização de produtos químicos, ressaltou a Superintendência do Grupo Paranapanema, que acredita que nos próximos dias a lama nos rios Alalu e Tajarú estará assentada, sem maiores problemas.

O material que vazou para os rios é parte do próprio terreno da Mineração Taboca, o que provocou modificação na cor da água, sem que isso significasse poluição, segundo a Paranapanema.